

HABEAS CORPUS Nº 485.128 - BA (2018/0339425-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : GILDO LOPES PORTO JUNIOR E OUTRO
ADVOGADOS : GILDO LOPES PORTO JÚNIOR - BA021351
LORENA GARCIA BARBUDA CORREIA - BA034610
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : MANOEL ALEIXO FILHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MANOEL ALEIXO FILHO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante (convertida a custódia em prisão preventiva) pela suposta prática do crime previsto no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fls. 41/42):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO L DOS REQUISITOS DO CÁRCERE CAUTELAR. NÃO VERIFICADA. DECISÃO FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS QUE NÃO IMPEDEM A CUSTÓDIA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

A prisão preventiva decretada contra o paciente se apresenta fundamentada em elementos concretos capazes de justificar a segregação cautelar.

Não há que se falar em direito à liberdade provisória, com base apenas nas alegadas condições pessoais favoráveis do agente, visto que a presença destas não justifica a desconstituição da medida extrema, quando presentes à espécie os seus requisitos autorizadores.

Ordem conhecida e denegada.

Na presente oportunidade, a impetrante sustenta, em síntese, a

ilegalidade da segregação cautelar, ante a ausência de fundamentação idônea do decreto de prisão preventiva e dos motivos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, ressaltando que o paciente é primário e possui residência fixa, bem como dois filhos menores que dependem diretamente de seu sustento, não havendo razões para se impedir a sua liberdade neste momento, ante a ausência de *periculum in libertatis*.

Ressalta, ainda, que, ao contrário do que afirmou o Magistrado singular, não consta nenhum mandado de prisão em aberto em nome do paciente.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 62/64), o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do *mandamus* (e-STJ fls. 79/80).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informações trazidas aos autos pelo impetrante (e-STJ fls. 66/72), em 10/12/2018, foi julgada improcedente a pretensão punitiva em relação ao paciente, momento em que foi expedido alvará de soltura em seu favor.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido na inicial.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *mandamus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator